

MENSAGEM Nº 43/2019

Maceió, 27 de setembro de 2019

Senhor Presidente,

Reporto-me a Vossa Excelência para comunicar que, nos termos do § 1º do art. 89 da Constituição Estadual, decidi vetar totalmente o Projeto de Lei nº 07/2019 que “*Fica assegurado às pessoas com deficiência visual o direito de receber as Certidões de Registro Civil confeccionadas no Sistema de Leitura Braille*”, pelas razões adiante aduzidas.

Razões do veto:

Apesar dos elevados propósitos de deliberação do Poder Legislativo, e embora muito louvável a matéria disposta no Projeto de Lei nº 7/2019, sua sanção não se apresenta possível, uma vez que, ao dispor acerca de registros civis confeccionados em Sistema de Leitura Braille, invadiu a competência da União de legislar sobre tais normas, conforme preceitua o art. 22, inciso XXV, da Constituição Federal.

Ademais, um dos objetos abarcados pelo Projeto de Lei demonstra contrariedade a normas federais de caráter geral editadas pela União Federal por força do art. 236 da Constituição Federal, em especial a Lei Federal nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000, no que diz respeito à fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.

Dessa forma, incidiu em vício de iniciativa por versar sobre matéria privativa da União Federal (art. 22, XXV), além de contrariar dispositivos da norma geral sobre a fixação de emolumentos Lei Federal nº 10.169, de 2000.

Essas, Senhor Presidente, são as razões que, em sede de Controle Preventivo de Constitucionalidade pelo Poder Executivo, levaram-me a **vetar totalmente** o Projeto de Lei nº 7/2019, **por inconstitucionalidade formal e material**, submetendo-as à apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas.



JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO
Governador

Excelentíssimo Senhor

Deputado MARCELO VICTOR CORREIA DOS SANTOS

Presidente da Assembleia Legislativa Estadual.

NESTA

Publicada no DOE do dia 30/9/2019.